

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3333/2024-PGJ, DE 25.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, Bianka Karina Barros da Costa, Secretária-Geral do Ministério Público, Cristiane Mourão Leal Santos, Presidente do Comitê Estratégico de TI, e os servidores Diogo Banzer da Motta, Elisa Mari Kihara Zaha, Emerval Carmona Gomes, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Nádia de Moura Mattos Motta, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Thaís da Silva Rodrigues, Wellington Gradella Marthos, Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, Adauton Tamiozzo de Oliveira, Glauce Ruas Lagoas da Silva e Joabe Guimarães Querino Kachorroski, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Governança de Dados, responsável por promover estudos para implantação do modelo de gerenciamento de dados sob as perspectivas do compartilhamento, da arquitetura, da segurança, da qualidade, da operação e de outros aspectos tecnológicos; e revogar a Portaria nº 2100/2024-PGJ, de 6.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3260/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2487/2024-PGJ, de 20.5.2024, que designou a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 24 a 28.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3261/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Sete Quedas de 29.7 a 6.8.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3268/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas de 29.7 a 6.8.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3267/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3301/2024-PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, no julgamento dos Autos nº 0007850-23.2013.8.12.0008, em 17.7.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3298/2024-PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, no julgamento dos Autos nº 0002950-50.2020.8.12.0008, em 24.7.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3300/2024-PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D’Avila 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2021/2022 e 2023/2024, a serem usufruídos de 5 a 9.8.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3251/2024-PGJ, DE 20.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2674/2023-PGJ, de 31.5.2023, que indeferiu à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch férias, de forma que, onde consta “10 (dez) dias de férias remanescentes [...] referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 14 a 23.8.2023”, passe a constar “20 (vinte) dias de férias regulamentares e 2 (dois) dias de férias remanescentes [...] referentes aos períodos aquisitivos 2022/2023 e 2015/2016, respectivamente, que seriam usufruídos no período de 14.8 a 4.9.2023”; e tornar sem efeito a Portaria nº 3768/2023-PGJ, de 10.7.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3205/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0040433-14.2015.8.12.0001, em trâmite na 7ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, bem como coadjuvarem os demais atos de instrução processual e/ou de manifestação processual a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 522/2016-PGJ, de 23.2.2016.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3206/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0900022-96.2019.8.12.0021 e 0003256-48.2018.8.12.0021, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1494/2019-PGJ, de 30.4.2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3207/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0801037-08.2014.8.12.0041, em trâmite na comarca de Ribas do Rio Pardo, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1577/2019-PGJ, de 7.5.2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3208/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0900508-78.2018.8.12.0001 e 0914511-04.2019.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2846/2019-PGJ, de 8.8.2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3209/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal dos Processos nºs 0008303-29.2019.8.12.0001, 0914394-13.2019.8.12.0001, 0914383-81.2019.8.12.0001, 0914384-66.2019.8.12.0001, 0914381-14.2019.8.12.0001 e 0914382-96.2019.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2847/2019-PGJ, de 8.8.2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3210/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal do Processo nº 0067047-95.2011.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3123/2019-PGJ, de 28.8.2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3211/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal do Processo nº 0915362-43.2019.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4302/2019-PGJ, de 19.11.2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3212/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal dos Autos nºs 0021665-98.2019.8.12.0001 e 0914495-50.2019.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4317/2019-PGJ, de 20.11.2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3213/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal dos Autos nº 0021007-74.2019.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3214/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem na fase da persecução penal dos Autos nº 0949166-65.2020.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2793/2020-PGJ, de 27.8.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3215/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas fases de persecução penal do Processo nº 0048661-36.2019.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3093/2020-PGJ, de 30.9.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3216/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas fases de persecução penal do Processo nº 0949210-84.2020.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4173/2020-PGJ, de 18.12.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3218/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas próximas fases de persecução penal do Processo nº 0048664-88.2019.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 949/2021-PGJ, de 17.3.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3219/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas próximas fases de persecução penal do Processo nº 0901654-52.2021.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1106/2021-PGJ, de 31.3.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3220/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas próximas fases de persecução penal do Processo nº 0901699-56.2021.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1394/2021-PGJ, de 27.4.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 3221/2024-PGJ, DE 3.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas próximas fases de persecução penal dos autos abaixo elencados, todos em trâmite na comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1439/2021-PG, de 30.4.2021:

VARA	AUTOS
1ª Vara Criminal	0949196-03.2020.8.12.0001 0949203-92.2020.8.12.0001 0949223-83.2020.8.12.0001 0949198-70.2020.8.12.0001 0949197-85.2020.8.12.0001 0949222-98.2020.8.12.0001 0950780-08.2020.8.12.0001
5ª Vara Criminal	0949311-24.2020.8.12.0001 0949312-09.2020.8.12.0001 0949319-98.2020.8.12.0001 0949321-68.2020.8.12.0001 0949313-91.2020.8.12.0001 0949320-83.2020.8.12.0001 0949318-16.2020.8.12.0001 0949314-76.2020.8.12.0001 0949315-61.2020.8.12.0001 0949316-46.2020.8.12.0001
6ª Vara Criminal	0003839-30.2017.8.12.0001

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3222/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem os Autos nº 0914959-74.2019.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara de Execução Penal, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2439/2021-PGJ, de 5.7.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3223/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0902274-64.2021.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3500/2021-PGJ, de 14.9.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3224/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos da Ação Penal nº 0900058-12.2021.8.12.0008, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Corumbá, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 673/2022-PGJ, de 11.2.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3225/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos da Ação Penal nº 0900071-29.2021.8.12.0002, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Dourados, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1349/2022-PGJ, de 25.3.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3226/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas próximas fases de persecução penal do Processo nº 0949062-73.2020.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3176/2021-PGJ, de 24.8.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3227/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0956508-59.2022.8.12.0001, 0956514-66.2022.8.12.0001, 0956509-44.2022.8.12.0001, 0956510-29.2022.8.12.0001, 0956513-81.2022.8.12.0001, 0956512-96.2022.8.12.0001, 0956502-52.2022.8.12.0001, 0956511-14.2022.8.12.0001, 0956517-21.2022.8.12.0001, 0956518-06.2022.8.12.0001 e 0956666-17.2022.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2715/2022-PGJ, de 7.6.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3228/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0956616-88.2022.8.12.0001, 0956612-51.2022.8.12.0001 e 0956615-06.2022.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, as Portarias nºs 2310/2022-PGJ, de 18.5.2022, e 6484/2023-PGJ, de 28.11.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3229/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0956651-48.2022.8.12.0001, 0956653-18.2022.8.12.0001, 0956654-03.2022.8.12.0001, 0956655-85.2022.8.12.0001, 0956656-70.2022.8.12.0001, 0956657-55.2022.8.12.0001, 0956658-40.2022.8.12.0001, 0956660-10.2022.8.12.0001, 0956659-25.2022.8.12.0001 e 0956661-92.2022.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2326/2022-PGJ, de 18.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3230/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0900019-45.2022.8.12.0019, 0900018-60.2022.8.12.0019, 0900017-75.2022.8.12.0019 e 0900016-90.2022.8.12.0019, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Ponta Porã, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2311/2022-PGJ, de 18.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3231/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0956896-59.2022.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4771/2022-PGJ, de 23.9.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3232/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0957213-57.2022.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5072/2022-PGJ, de 13.10.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3233/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0900094-84.2022.8.12.0019, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Ponta Porã, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5289/2022-PGJ, de 27.10.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3234/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0912954-40.2023.8.12.0001, em trâmite na 5ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4222/2023-PGJ, de 1º.8.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3235/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0913026-27.2023.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4048/2023-PGJ, de 24.7.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3236/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0915685-09.2023.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3123/2023-PGJ, de 19.6.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3237/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0915460-86.2023.8.12.0001, 0915501-53.2023.8.12.0001, 0915504-08.2023.8.12.0001, 0915500-68.2023.8.12.0001, 0915498-98.2023.8.12.0001, 0915503-23.2023.8.12.0001, 0915502-38.2023.8.12.0001 e 0915499-83.2023.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3001/2023-PGJ, de 15.6.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3238/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0914958-50.2023.8.12.0001 e 0924209-92.2023.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, as Portarias nºs 2808/2023-PGJ, de 2.6.2023, e 2154/2024-PGJ, de 7.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3239/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0900532-76.2023.8.12.0019, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Ponta Porã, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5163/2023-PGJ, de 25.9.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3240/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0920526-47.2023.8.12.0001 e seus incidentes, em trâmite na Auditoria Militar Estadual, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5927/2023-PGJ, de 1º.11.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3241/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos da Ação Penal nº 0900152-26.2023.8.12.0028 e seus incidentes, em trâmite na 1ª Vara da comarca de Bonito, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5673/2023-PGJ, de 18.10.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3242/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0810849-79.2023.8.12.0002, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Dourados, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 6272/2023-PGJ, de 21.11.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3243/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0924052-22.2023.8.12.0001 e 0924075-65.2023.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 6771/2023-PGJ, de 7.12.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA N° 3244/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0900359-83.2023.8.12.0041, em trâmite na 2ª Vara da comarca de Ribas do Rio Pardo, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 460/2024-PGJ, de 6.2.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3245/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto, Rosalina Cruz Cavagnolli e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0924211-62.2023.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, a partir de 13.5.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 454/2024-PGJ, de 6.2.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-719/2024-PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão, nos termos dos artigos 144 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO
2016/2017	5	12 a 16.8.2024	GOZO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-720/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Eduardo FonticIELha de Rose, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO
2023/2024	10	5 a 14.8.2024	GOZO	SIM
2023/2024	10	5 a 14.11.2024	GOZO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-721/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Regina Dornte Broch, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	31.7 a 9.8.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-723/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	8 a 17.8.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-724/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO
2023/2024	10	15 a 24.7.2024	GOZO	SIM

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-725/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	15	2 a 16.10.2024	GOZO	SIM
2023/2024	15	5 a 19.12.2024	GOZO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-726/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	15	15 a 29.7.2024	GOZO	SIM
2020/2021	10	30.7 a 8.8.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-727/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	2 a 11.7.2024	ABONO	NÃO
2019/2020	4	23 a 26.9.2024	GOZO	NÃO
2017/2018	6	27.9 a 2.10.2024	GOZO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-728/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	5	8 a 12.7.2024	GOZO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-746/2024/PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini, nos termos dos artigos 144 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO
2022/2023	10	14 a 23.10.2024	GOZO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0061/2024/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2024.00004431-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 21 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0062/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2024.00004579-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 21 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 3275/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução n° 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Danielle Priscila Bernardo da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça de Amambai de 15 a 26.7.2024, em razão de afastamento do servidor Lucas Santana Lima, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3276/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Vitor Garcia Guerra Dutra, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Costa Rica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Rio Negro, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 3 a 14.6.2024, em razão de afastamento da servidora Geovana de Oliveira Melo, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3291/2024-PGJ, DE 24.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Kenia Braz Alcantara, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais de Dourados, para participar do curso Formação de Facilitadores do Programa Dialogando Igualdades, em Campo Grande, de 1º a 3.7.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3292/2024-PGJ, DE 24.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca em 10, 11 e 14.6.2024, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3293/2024-PGJ, DE 24.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 3 a 12.6.2024, em razão de afastamento do servidor Fabio Castro dos Santos, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3294/2024-PGJ, DE 24.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E:

Autorizar ao servidor Felipe de Lima Figueiredo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na Promotoria de Justiça de Deodápolis, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação, mas nas dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade remota, na sede das Promotorias de Justiça de Aquidauana, a partir de 20.7.2024, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 2º, § 2º, 4º, *caput*, e 11, *caput* e § 1º, da Resolução nº 31/2018-PGJ (PGA nº 09.2022.00001207-8).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3312/2024-PGJ, DE 24.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação de 19 a 21.6.2024, em razão de afastamento da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3313/2024-PGJ, DE 24.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Agnes Juliane Cardoso Fonseca de Melo, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 14ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 27.6.2024, por 30 (trinta) dias; e tornar sem efeito a Portaria nº 2868/2024-PGJ, de 17.6.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-747/2024/PGJ, DE 25.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosangela Bonacina Milgarefe, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4.6 a 3.7.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-748/2024/PGJ, DE 25.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rosangela Bonacina Milgarefe, por meio das Portaria nº e1417/2023-PGJ, de 10.11.2023, com suas modificações, que seriam usufruídas nos períodos de 4 a 13.6.2024, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.7.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-749/2024/PGJ, DE 25.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Manoela Souza Schmitz Moreira, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 13.6 a 10.10.2024, nos termos do artigo 147 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 18, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e pelo artigo 95 do Decreto Federal nº 3.668, de 22 de novembro de 2000 e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 11.10 a 9.12.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009, nos termos do artigo 130, §2 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, do artigo 27, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-751/2024/PGJ, DE 25.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Jader Silva de Melo Alves, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 16 a 23.6.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 0002/2024/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, **cujos procedimentos correicionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:**

47ª PJ de Campo Grande
48ª PJ de Campo Grande
50ª PJ de Campo Grande
61ª PJ de Campo Grande
62ª PJ de Campo Grande
63ª PJ de Campo Grande
64ª PJ de Campo Grande
65ª PJ de Campo Grande
66ª PJ de Campo Grande
68ª PJ de Campo Grande
69ª PJ de Campo Grande
72ª PJ de Campo Grande
73ª PJ de Campo Grande

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

SILVIO CESAR MALUF
Corregedor-Geral do Ministério Público



GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 071/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocados por meio do Aviso nº 069/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.137, de 04.06.2024, manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATO	MUNICÍPIO	NÍVEL
FELIPE LEMOS JOÃO	Campo Grande	Graduação
JULIA NASCIMENTO DE SOUZA	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 072/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 069/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.137, de 04.06.2024.

CANDIDATO	MUNICÍPIO	NÍVEL
MARIANA SANCHEZ VALERIO	Campo Grande	Graduação
EDUARDO PESSOA RAPOSO	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



AVISO Nº 073/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que as candidatas aprovadas no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocado por meio do Aviso nº 069/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.137, de 04.06.2024, manifestou a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiária, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
JÚLIA APARECIDA SIMCH	Campo Grande	Graduação
ANGÉLICA XOLMAN RODRIGUES	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 074/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o candidato regularmente convocado que **manifestar o interesse** no estágio deverá apresentar os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso **(RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO)**, até o dia **05 de julho de 2024**, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO
1.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
NATÁLIA CARVALHO OLIVEIRA	166	
NATALIA BRITO MECENERO	167	
LETÍCIA SANTOS CARDOSO BEZERRA	168	
NATHÁLIA VONIJONE VILELA	169	
JOÃO MARTINS TAVEIRA	170	
PEDRO HENRIQUE POUSO DA FONSECA PANCINI	171	
LUIS FERNANDO ALMEIDA LOPES	172	
ISABELLA ROCHA CORDEIRO	173	



GABRIELA CAROLINE DA SILVA ACOSTA	174	
NACHELLI MACHADO RODRIGUES	175	
GABRIELE CUSTODIA SANDIM	176	
ANA JULIA SOUTO	177	
DÉBORA RAQUEL FLORES PACHE	178	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ADRIANO AURÉLIO DA SILVA OJEDA	11*	

*Reconvocação – final de fila

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COXIM

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
TATIANE SPENGLER BARBOSA	2	

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ELTON CRISTIAN TSURUDA WIGGERS	17	-
NYCOLE MARQUES GONZAGA	62	8**
JÉSSICA SANT ANA CARDOSO	18	-
GUILHERME DOS SANTOS DILELLI	19	-
EMANUEL DO NASCIMENTO SANTANA	67	9**
EDUARDA QUARESMA TEIXEIRA CABRAL	20	-
CÍNTHIA ALVES CAMACHO	21	-

** pessoas que se autodeclararam negras.

1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PAULA CIBELE SIMPLICIO ALVES TITO	2	-

1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GLÓRIA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
YASMIN FRANÇA ROSA	1	-

1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
APARECIDA SALETE NAZARET DE ARAUJO	13	-

1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CAIO HENRIQUE MARINHO DOS SANTOS	9*	-

*Reconvocação: final de fila

1.9 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LAERCIO CASSEL DOS SANTOS	1	-



1.10 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GEOVANA MARCIANO DE SOUZA	11	-

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
Autodeclaração de raça ou cor
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.
HISTÓRICO ACADÊMICO

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 9 8478-1012(APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 075/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA a candidata de graduação em Direito** aprovada I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, **já convocada no AVISO Nº 04/2024 – GED, e que já manifestou interesse no estágio e fez a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

A CANDIDATA CONVOCADA DEVERÁ ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 27/06 e 05/07/2024, ATÉ ÀS 19H**, com os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**), a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

**1.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS**

CANDIDATA	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
VICTORIA BRUSCHI DE CARVALHO	9	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 076/2024-GED**I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que as candidatas aprovadas no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocadas por meio do Aviso nº 070/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.137, de 04.06.2024, manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de residente, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATAS	COMARCA	NÍVEL
ANA JULIA GONÇALVES OLIVEIRA	Campo Grande	Residente Jurídico
INGRID CARVALHO PEITL	Itaporã	Residente Jurídico

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



AVISO Nº 77/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a manifestação das candidatas aprovadas no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocadas por meio do Aviso nº 059/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.137 de 04.06.2024 que optaram pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de residente, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionadas em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATA	CIDADE	NÍVEL
FLÁVIA FERREIRA FERNANDES FONTOURA	Campo Grande	Residente Jurídico
BEATRIZ MARIA GONÇALVES PEGO	Campo Grande	Residente Jurídico
LOIANY LIMA DOS SANTOS	Campo Grande	Residente Jurídico
VANESSA FERRAZ DOS ANJOS CARDOSO	Ponta Porã	Residente Jurídico
EVELYN DA COSTA SOUZA	Três Lagoas	Residente Jurídico

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 078/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossada das candidatas aprovadas no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS abaixo relacionadas, uma vez que as candidatas não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 070/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.137, de 04.06.2024.

CANDIDATA	MUNICÍPIO	NÍVEL
CAMILA MAIARA FREITAS ESPÍNDOLA	Ponta Porã	Residente jurídico
LUCIANA MARIANO ZANDONA	Ponta Porã	Residente jurídico

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



AVISO Nº 079/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os(as) residentes jurídicos** aprovado no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento. O(a)s candidato(a)s convocado(a)s deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e da Admissão”, item 4, o(a)s candidato(a)s regularmente convocado(a)s **que manifestarem o interesse** na residência deverão apresentar a documentação constante no edital supracitado, e no item 2 deste aviso **(RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO)**, até o dia **05 de julho de 2024**, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (RESIDÊNCIA)**.

1.CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – RESIDÊNCIA JURÍDICA

1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ÁGUA CLARA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIA EDUARDA ALFARO CABRERA SILVA	3	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
SEBASTIÃO MONTEIRO SOARES	293	26*
PEDRO RIBEIRO FERNANDES	53	
GABRIELA PEREIRA MARQUES	54	
KENIA GRAZIELLA RAMIRES DA SILVA	294	27*
ALISSA SUGUI	55	
VICTORIA CAROLINA PAGNONCELLI ALIAGA	57	
ANIELLY SANTA CRUZ CARVALHO	297	28*
RAFAELLA DE OLIVEIRA MOURA LIMA	58	
ANNA CAROLINA MACEDO BRETAS	59	
ANA KAROLINE SANTOS	329	29*
ROSAMARIS SARAIVA DA CUNHA	61	
FABIANE CARLA MARTINS BATISTA	62	
AMANDA DE SIQUEIRA MARQUES	340	30*
KAMILA LUIZA DE AMORIM	63	
ANA VICTÓRIA MAIDANA DANTAS	64	
KARINE DE SOUZA BARBOSA	346	31*

*reserva de cotas - Candidatos negros

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FÁBIO VICTOR MALHEIROS ROCHA	16	2*
ALAM HENRIQUE RIBEIRO DELGADO CORTEZ	5	

*reserva de cotas - Candidato negro

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GISLAYNE DE SOUSA COSTA	12	
ANTONIO CESAR PINHEIRO MEDEIROS JUNIOR	44	6*

*reserva de cotas - Candidato negro

1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIA FERNANDA PEREIRA FRANCISCO	1	
GRACIELY MURIEL OLIANI	2	
MARIA LAURA PACHECO QUARESMA	9	1*
PEDRO HENRIQUE FERRARI CARVALHO	3	
ÂNGELA CRISTINA NOGUEIRA DOS SANTOS	4	

*reserva de cotas - Candidata negra

1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CAROLINA RIOS	8	

1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANDRIERES ALVES PICOLOMINI	1	

1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GIOVANA LEMOS ROCHA	3	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. O candidato aprovado para o programa de residência e convocado mediante aviso no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) deverá fornecer à GED, no caso de residente jurídico, os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução n.º 53/2022-PGJ (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários/Residentes);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CNMP nº 246.
Autodeclaração de raça ou cor



Tendo mais de 5 anos de formado, apresentar declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as seguintes informações: a) datas de início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (**não será aceito documento que não contenha todas as informações**);

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA RESIDÊNCIA E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 25 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2024NE002493 DE 24.06.2024 DO PROCESSO 09.2024.00001357-4

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Maqnete Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 274/2023, do Pregão Eletrônico nº 78/2023 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Objeto: Aquisição de bens permanentes diversificados destinados a suprir as necessidades das unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 34.012,00 (trinta e quatro mil e doze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE002493, datada de 24.06.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 25/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo n: 09.2022.00005285-9.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissário: Jarbas Sotero Prebitz.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento das cláusulas pactuadas no Inquérito Civil n. 06.2019.00001885-3.

Campo Grande, 24 de Junho de 2024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00005285-9 e fiscalizado no Procedimento Administrativo n. 09.2022.00005285-9, em defesa do meio ambiente, na data de 28 de março de 2022, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br>, tendo como compromissário o senhor RLPC Agropecuária Ltda (Fazenda Canaã).

Objeto do TAC: a) em referência ao Lote 15, Quadra 13, localizado na Rua José Luiz Carneiro Camargo, n. 82, Bairro Jardim Auxiliadora, nesta capital, com área de aproximadamente 450m², matrícula n. 95.170 do Cartório da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis de Campo Grande – MS, que abriga área de preservação permanente oriunda do Córrego Portinho Pache, o proprietário preservará a faixa descrita no Título II consiste na faixa marginal de 50 (cinquenta) metros oriunda de olho d'água, localizada adjacente ao Córrego Portinho Pache; b) As áreas de preservação permanente serão demarcadas, isoladas e identificadas com placas; c) compromissário compromete-se, a partir da assinatura do presente acordo, a não intervir, em qualquer extensão, na área de preservação permanente inserida na área pertencente do Lote 15, Quadra 13, do Parcelamento Jardim Auxiliadora, sem que haja autorização do órgão competente; d) o compromissário compromete-se a não descumprir a Licença Ambiental Simplificada n. 010.059/2020, que tem por objeto a execução de projeto de recuperação de área degradada ou alterada; e) obriga-se a fornecer, no prazo de 90 dias, contado da assinatura deste termo, as coordenadas geodésicas dos limites das áreas de preservação permanente existentes em sua propriedade, para que sejam averbadas à matrícula n. 95.170 do Cartório da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis de Campo Grande – MS; f) compromete-se a não impedir, embarçar, obstruir ou, de qualquer forma, impedir o trabalho dos agentes de fiscalização da Licença Ambiental Simplificada n. 010.059/2020; g) à título de indenização ambiental pelos danos em Área de Preservação Permanente do Lote 15, Quadra 13, localizado na Rua José Luiz Carneiro Camargo, n. 82, Bairro Jardim Auxiliadora, nesta capital, compromete-se a doar o valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), à Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Guariroba – ARCP Guariroba

Campo Grande, 24 de Junho de 2024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919199-33.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) G.I.S² e vítima(s) L.F, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 24 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919417-61.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.R.S⁴ e vítima(s) S.C.O, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 24 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919460-95.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.R.S⁶ e vítima(s) S.C.O, conforme se transcreve: “Posto isso, pelas razões acima expostas, o Ministério Público Estadual, requer seja determinado o arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal.”

Campo Grande-MS, 24 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919410-69.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) E.M.C.R⁸ e vítima(s) V.S.B.C, conforme se transcreve: “Portanto, diante da fragilidade dos elementos probatórios e da ausência de prova contundente acerca da prática delitiva imputada ao investigado, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 24 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0921236-33.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) R.S.F¹⁰ e vítima(s) V.L.T, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 24 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0833737-11.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) V.P.S¹² e vítima(s) V.L.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da inexistência dos crimes resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento dos delitos de ameaça e descumprimento de medidas protetivas, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 24 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

10 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

11 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

12 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0023/2024/61PJ/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00092627-1 em que constam como investigado Flavio Hiroki Ribeiro Umeda e vítima Thiago Cuellar Do Nascimento, conforme se transcreve: “verifica-se que foram realizadas as diligências cabíveis, contudo, não houve qualquer indício de suficiente de autoria, não havendo justa causa para o ajuizamento da ação penal, razão pela qual promovo arquivamento dos presentes autos por insuficiência de elementos probatórios”.

Campo Grande/MS, 25 de junho de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0057/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00092627-5 em que constam como investigado Paulo Henrique Costa Cabral Fernandes e vítima Marineia Nogueira Da Silva conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 24 de junho de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2024/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, sediada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, em Campo Grande/MS, CEP Nº 79.040-240, torna pública a instauração do Inquérito Civil de nº 06.2024.00000573-0 especificado, disponível para consulta no sítio eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000573-0

Requerente: Edna Zanetoni dos Anjos

Requeridos: Associação Clínica de Recuperação Esperança da Família e Município de Campo Grande/MS

Objeto: Apurar a regularidade no funcionamento da Comunidade Terapêutica "Clínica de Recuperação Esperança da Família", localizada no Município de Campo Grande.

Campo Grande, 24 de junho de 2024.

MARCOS ROBERTO DIETZ
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2024/76PJ/CGR**

A 76ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, sediada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, em Campo Grande/MS, CEP Nº 79.040-240, torna pública a instauração do Inquérito Civil de nº 06.2024.00000574-1 especificado, disponível para consulta no sítio eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000574-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul (nome fantasia: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul)

Objeto: Apurar a insuficiência de profissionais de enfermagem no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 24 de junho de 2024.

MARCOS ROBERTO DIETZ

Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento da Inquérito Policial nº 08.2024.00108321-2 (Autos nº 0000913-23.2024.8.12.0004), em que constam como investigados Ivanezia Gomes Cardoso e Sidnei Ricarte¹⁴ e tendo como vítima, Loide Rodrigues Cardoso, conforme se transcreve: "Assim, por entender que não há indícios suficientes para o devido processo legal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos autos, ressalvando o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal".

Finalidade: Cientificar o investigado, Sidnei Ricarte.

Amambai/MS, 25 de junho de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

¹³ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

¹⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n.0001700-86.2023.8.12.0004, em que consta como vítima (s) Marcelo Henrique Ramires de Araújo, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da inexistência de crime (morte decorrente de suicídio), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 24 junho de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES
Promotora de Justiça em substituição legal

APARECIDA DO TABOADO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 09.2024.00006795-0

PORTARIA Nº0001/2024/24 ZE/ATD

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Aparecida do Taboado/MS, 25 de junho de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor Eleitoral

15 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**RECOMENDAÇÃO N.º 01/2024/PJE****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2024.00006795-0**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 06 de julho 2024, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas apenas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

VI – nos três meses que antecedem o pleito: (...)

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que as condutas vedadas contidas no artigo 73 da Lei 9.504/97, aperfeiçoam-se com a mera prática dos atos descritos na norma, independentemente da finalidade eleitoral, uma vez que constituem ilícitos de natureza objetiva (art. 20, §1º, da Res.-TSE nº 23.735/2024), ou seja, não são analisados se houve dolo ou mesmo finalidade eleitoral, pois há uma proibição absoluta de não publicidade nos 3 meses que antecede a eleição. (Ac.-TSE, de 8/2/2024, no AgR-AREspE n. 40523, entre outros);

CONSIDERANDO que a permanência da propaganda institucional durante o período vedado configura ilícito, ainda que a divulgação tenha sido autorizada em momento anterior e independentemente de conteúdo eleitoral da mensagem, tendo em vista a disparidade em relação aos demais candidatos que não contam com a máquina pública para a divulgação de suas campanhas. (Ac.-TSE, de 23.2.2023, no AgR-AREspE nº 060038522, entre outros);

CONSIDERANDO que, a Resolução TSE n. 23.738/2024, que estabelece o Calendário Eleitoral, prescreve em relação ao dia 06 de julho de 2024: “4. Data a partir da qual as(os) agentes públicas(os) devem adotar as providências necessárias para que o conteúdo dos sites, canais e outros meios de informação oficial exclua nomes, slogans, símbolos, expressões, imagens ou outros elementos que permitam identificar autoridades, governos ou administrações, cujos cargos estejam em disputa na campanha eleitoral, ainda que a divulgação tenha sido autorizada em momento anterior, assegurada a manutenção das informações necessárias para estrito cumprimento, pelos responsáveis, do previsto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, nos arts. 8º e 10 da Lei nº 12.527/2011 e no §2º do art. 29 da Lei nº 14.129/2021.”

CONSIDERANDO que, conforme reiteradas decisões do TSE, é responsabilidade do Prefeito Municipal providenciar a retirar de publicidades anteriores, bem como proibir novas publicidades no período vedado, pois “o chefe do Poder Executivo é responsável pela divulgação da publicidade institucional em site oficial da Prefeitura, por ser sua atribuição zelar pelo conteúdo nele veiculado.” (Ac.-TSE, de 23.2.2023, no AgR-AREspE nº 060038522 e, de 17.2.2022, no AgR-AREspE nº 060004759) – regra extensiva para todos os meios e formas de divulgação do poder público, inclusive em redes sociais¹⁶;

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, especialmente no Diário Oficial, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748 e Ac.-TSE, de 3.11.2005, no AgRgRespe nº 25086);

CONSIDERANDO que o art. 73, no inciso VII, da Lei 9.504/97 fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional em anos eleitorais, nos seguintes termos:

16 ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. PREFEITO. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. DIVULGAÇÃO. PERÍODO VEDADO. INSTAGRAM DA PREFEITURA. RESPONSABILIDADE PELA DIVULGAÇÃO CARACTERIZADA. DEVER DE ZELO. MULTA. PATAMAR ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 24 E 30/TSE. DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DE TESES. SÚMULA Nº 26/TSE. DESPROVIMENTO. (...) Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº060005538, Acórdão, Min. Carlos Horbach, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 27/09/2022.



“VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito;

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97 descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO que, sites, perfis, páginas, ou contas mantidas pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII da Lei 9.504/97;

CONSIDERANDO que, em 2024, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97; art. 20 da REs.-TSE nº 23.735/2024), além de inelegibilidade por 8 anos dos agentes responsáveis pelas condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém, no caso de eleitos pelo pleito majoritário, a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes nas candidaturas e nas eleições,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições, que:

1) Não permitam, a qualquer tempo (art. 74 da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possam promover pessoas ao eleitorado;

2) A partir de 06 de julho de 2024 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; (b) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado; e (c) casos destinados exclusivamente ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e à orientação da população quanto a serviços públicos relacionados ao combate da pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva (art. 4º da Lei n.14.356/2022);

3) Até 06 de julho de 2024, providencie a retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência apenas de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que (i) se limitem a identificar o bem ou serviço público e (ii)



das informações necessárias para o estrito cumprimento, pelos responsáveis, do previsto no art. 48-A da LC nº 101/2000, nos artigos 8º e 10 da Lei nº 12.527/2021 e no §2º do art. 29 da Lei nº 14.129/2021, conforme autoriza o art. 15, 4º, da Res.-TSE nº 23.735/2024);

4) Desde 01 janeiro de 2024, não permita o incremento da publicidade empenhando, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito, conforme determina o art. 73, VII, da Lei 9.504/97¹⁷;

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73 da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.320,50 a R\$ 106.410,00; art. 20, II, da Res.-TSE nº 23.734/2024) e quando comprovada a gravidade do fato para comprometer a legitimidade do pleito, a cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado. Acrescenta-se que, o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracteriza o abuso de poder de autoridade, impondo também a cassação do registro do ou diploma (art. 74 da Lei n. 9.504/97). Alerta-se, ainda, havendo demonstração da gravidade dos fatos e a cassação do mandato, o responsável pelo ilícito poderá ser considerado inelegível pelo período de oito anos, a contar da data da eleição.

Por fim, em razão das tipificações supramencionadas também caracterizarem ofensas a outros diplomas legais¹⁸, eventual descumprimento também poderá ensejar o acionamento da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca, nos termos da Recomendação nº 110, de 30 de abril de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cientifique desta Recomendação o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município, para que este último comunique os Senhores Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Aparecida do Taboado/MS, 25 de junho de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor Eleitoral

CORONEL SAPUCAIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900081-31.2023.8.12.0058, em que constam como vítima (s) Heriberto Roja Bordon, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito Policial em virtude da ausência de indícios de autoria, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Coronel Sapucaia (MS), 25 de junho de 2024.

THIAGO BARBOSA DA SILVA
Promotor de Justiça em substituição

17 Art. 73, § 14, da Lei nº 9.504/1997. Para efeito de cálculo da média prevista no inciso VII do caput deste artigo, os gastos serão reajustados pelo IPCA, aferido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da data em que foram empenhados.

18 Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e Decreto-Lei nº 201/67.

19 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



COXIM

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ5, de 24 de novembro de 2023, comunica à a decisão de arquivamento do Inquérito Policial n. 0002141-80.2022.8.12.0011, em que constam como investigado Abraão Moraes de Brito e vítimas Erineu da Silva Ribeiro e Jéssica Maia, conforme se transcreve: “No caso em apreço, ausente justa causa para o oferecimento de ação penal, vez que não há lastro probatório mínimo, o arquivamento é medida que se impõe”.

Coxim/MS, 25 de junho de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

DOURADOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 5ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ²⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento dos Autos de inquérito policial nº 0901229-17.2024.8.12.0002, em que constam como investigado N. de Tal e vítima A. de J. D., conforme se transcreve: “Com efeito, não há elementos suficientes para dar ensejo à propositura da ação penal (justa causa), mesmo depois de todas as diligências realizadas, não havendo assim, indícios mínimos de materialidade, fato que impede a propositura da ação penal e, por conseguinte, o oferecimento da denúncia.”

Dourados, 24 de junho de 2024.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES
Promotor de Justiça

20 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ELEITORAL****PORTARIA N. 0001/2024/18ZE/DOS**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Expeça-se a Recomendação conforme Orientação Técnica 03/2024 do Núcleo Eleitoral e após encaminhe-se cópia para o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral dos respectivos Municípios desta Zona Eleitoral;
3. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Dourados/MS, 24 de junho de 2024.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor Eleitoral



NAVIRAÍ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ²¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0900689-19.2023.8.12.0029e SAJMP nº 08.2023.00141620-7, em que constam como investigado(a/s) Fabio Junior Oliveira Soares e vítima(s) Jessica Da Silva Pereira, conforme se transcreve: “(...) acaso o investigado fosse denunciado, consoante toda explanação acima, certamente seria lhe aplicado o princípio *in dubio pro reo*, sendo caso de absolvição por fundadas dúvidas acerca da existência do crime. Ante o exposto, com fulcro no art. 28, *caput*, do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal. ”.

Naviraí/MS, 14 de junho de 2024.

LETICIA ROSSANA PEREIRA FERREIRA BERTO DE ALMADA
Promotora de Justiça em Subst. Legal

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0022/2024/02PJ/RRP**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000525-9.****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00000525-9 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição I, CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente:Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Compromissário: Santa Arminda agropecuaria LTDA.

Objeto: A Compromissária confirma ter sido cientificada da instauração do Inquérito Civil n.º 06.2021.00000625-0 para apurar a regularidade da supressão de 3,98 hectares de vegetação nativa, no interior do imóvel rural "Fazenda São Pedro- Área 2", situado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização expedida pelo órgão ambiental competente. A Compromissária reconhece ser a proprietária do imóvel rural "Fazenda São Pedro- Área 2", matrícula n.º 8.558, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, e, conseqüentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) A Compromissária obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural "Fazenda São Pedro- Área 2", matrícula n.º 8558, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade da Compromissária. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare suprimido irregularmente. 2) A Compromissária obriga-se a regularizar junto ao IMASUL a supressão dos 3,98 hectares de vegetação nativa executada no interior do imóvel rural "Fazenda São Pedro- Área 2", mediante o protocolo do pedido de retificação do CARMS0001471 para declarar os 3,98 hectares de vegetação nativa como área consolidada, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do presente TAC. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará

21 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) A Compromissária obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)²², em parcela única, a ser paga em até 10 (dez) dias a contar da assinatura do TAC, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (*Banco Santander, Agência 4317, Conta 130003051, CNPJ nº 03.226.149/0015-87*), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento.

Ribas do Rio Pardo/MS, 14 de junho de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL Nº 0004/2024/02PJ/RBH
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 04/2024 (02.2024.00068024-5), referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça Rio Brilhante/MS, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Rio Brilhante/MS, 24 de junho de 2024.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 004/2024

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante		PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante	
Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe 200.000.000.000 Inquérito Civil 002/2012 Inquérito Civil 018/2008 Inquérito Civil 014/2010 Inquérito Civil 015/2010 Inquérito Civil 016/2010 Inquérito Civil 016/2008 Inquérito Civil 003/2009 Inquérito Civil 007/2011 Inquérito Civil 025/2008 Inquérito Civil 031/2010	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 10 anos.	Exercício 2008	Exercício 2012

22 Valor obtido da multiplicação de 4 hectares (fração arredondada) de vegetação nativa remanescente por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 52. Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.).



Inquérito Civil 007/2010 Inquérito Civil 011/2010 Inquérito Civil 008/2010 Inquérito Civil 024/2010 Inquérito Civil 019/2010 Inquérito Civil 003/2010 Inquérito Civil 004/2010 Inquérito Civil 002/2010 Inquérito Civil 020/2010 Inquérito Civil 012/2010			
Classe 200.000.000.000 Procedimento Preparatório 008/2011	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 10 anos.	Exercício 2011	Exercício 2011
Classe 000.060.061.061.1 Comprovações de processos devolvidos e recebidos	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 2 anos.	Exercício 2018	Exercício 2018
Classe 200.000.000.000 Atendimento ao público: documentos entregues por particulares em atendimento ao público	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 8 anos.	Exercício 2011	Exercício 2011
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Rio Brilhante: 24 de junho de 2024 Valter Ribeiro dos S. Jr Wille Técnico II			